

GÊNEROS (DIGITAIS) EM FOCO: POR UMA DISCUSSÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Petrlson Alan PINHEIRO*

- **RESUMO:** O objetivo deste artigo é realizar uma discussão de caráter sócio-histórico que aponte o que, a nosso ver, seriam as três grandes fases na história da constituição dos gêneros discursivos, a saber: suas origens na Retórica aristotélica, ainda como um gênero oral; sua redefinição a partir da invenção da escrita tipográfica no século XV; e sua “transformação” em gêneros digitais com o advento da Internet. Como base teórica, adotamos uma perspectiva sócio-histórica de linguagem, cuja formação se estende desde a retórica aristotélica, perpassa a visão bakhtiniana dos gêneros discursivos e é ressignificada em teorias mais recentes que lidam com a questão dos gêneros digitais (YATES; ORLIKOWSKI; RENNECKER, 1997; ERICKSON, 1997; SHEPHERD; WATTERS, 2006; DEVITT, 2000; MARCHUSCHI, 2004). Consideramos que tal discussão de cunho sócio-histórico pode nos permitir construir um referencial teórico ainda pouco explorado no meio acadêmico que traga contribuições que contemplem tanto questões de cunho sócio-ideológico (mais amplas) quanto questões de cunho linguístico-discursivo (mais específicas) a partir de uma relação dialética entre teoria e prática na constituição de gêneros digitais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem. Gêneros discursivos. Bakhtin. Internet. Gêneros digitais.

Introdução

A questão do trabalho com os gêneros discursivos/textuais¹ no processo de ensino-aprendizagem tem recebido certo reconhecimento em documentos oficiais desde o final do século passado, por meio de uma significativa reforma possibilitada pela promulgação da lei de diretrizes e bases nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), pela criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental

* UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Departamento de Letras. Aquidauana – MS – Brasil. 79200-000 – petrlsonpinheiro@yahoo.com.br

¹ Os trabalhos mais alinhados com a teoria de “gêneros textuais”, ao procederem a análises, ou aplicarem o conceito de “gênero”, tendem a recorrer a categorias mais ligadas à estrutura ou forma composicional dos textos, categorias herdadas principalmente da Linguística Textual (tipos, protótipos, sequências típicas etc.). Neste trabalho, porém, adotaremos uma visão que se coaduna com os “gêneros discursivos”, cujo maior representante é Mikhail Bakhtin, em que as categorias de análise e os referenciais teóricos são construídos, focalizando-se aspectos da materialidade linguística, que se constituem através dos parâmetros da situação de enunciação em seus aspectos sócio-históricos. Nesse sentido, as se adotar a noção de gêneros discursivos, as três dimensões dos gêneros (tema, forma composicional e estilo) são entendidas como determinadas pelos elementos de sua situação social de interlocução, pois, sem eles, os gêneros não podem ser compreendidos, produzidos ou conhecidos (a esse respeito, ver Rojo (2005).

e do Ensino Médio – publicados pelo MEC/ SEF, respectivamente em 1998 e 2000 – e, mais recentemente, pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, publicadas em 2006. Pela primeira vez na história do país, ainda que de forma um tanto incipiente, favorece-se, em documentos oficiais, uma visão de ensino atrelado à natureza social da linguagem, relacionando o estudo da língua a aspectos sociodiscursivos.

Essa associação do ensino a questões de ordem social tem promovido, entre outras coisas, outro olhar acerca da organização tradicional do trabalho escolar, que historicamente tem-se constituído por meio das disciplinas (CHERVEL, 1990; RAZZINI, 2000; SOARES, 2002) cujo enfoque sempre buscou, acima de tudo, preservar a identidade, a autonomia e os objetivos próprios de cada uma delas. No entanto, assentados sobre o princípio da transdisciplinaridade, uma vez que a própria “[...] linguagem, pela sua natureza, é transdisciplinar, não menos quando é enfocada como objeto de estudo, e exige dos professores essa perspectiva em situação didática [...]” (BRASIL, 2000, p.5), é possível mobilizar intensamente professores e alunos, assim como os diversos recursos didáticos disponíveis e construídos coletivamente. Talvez isso signifique que tenhamos que promover uma reinserção do objeto de ensino “[...] em redes de práticas, instrumentos e instituições que lhe dão sentido no mundo social.” (SIGNORINI, 1998, p.13). Pressupõe-se, com isso, a possibilidade de se dinamizar o processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva dialética, em que o conhecimento é compreendido com base numa análise sócio-histórica da realidade social, pois essa nos possibilita a distância crítica necessária para apreender a realidade escolar contemporânea.

No que diz respeito especificamente à questão dos gêneros e sua inserção no processo de ensino-aprendizagem, trazer à tona o conceito de gêneros discursivos para procurar compreender o modo como construímos significados nas práticas de escrita, numa época de tantos avanços tecnológicos nas áreas da informação e da comunicação, pode parecer, em princípio, algo anacrônico. Contudo, se os sistemas comunicativos estão passando por uma grande transformação, o estudo dos gêneros deve ser pensado dentro de uma (transforma)ção que os reconsidere no mundo de seus usuários. Isso nos lembra Bakhtin (1979), para quem os gêneros devem ser repensados a partir de uma relação histórica de interação entre os usuários da língua dentro de instituições e atividades sociais.

Na tentativa, então, de compreender melhor essa relação entre os gêneros e os seus usuários com base no contexto sócio-histórico, este trabalho visa a promover uma discussão de cunho sócio-histórico dos gêneros discursivos, destacando o que, a nosso ver, seriam as três grandes fases na história desse longo e antigo rio que representa a constituição dos gêneros discursivos, a saber: suas origens na Retórica aristotélica, ainda como um gênero oral; sua redefinição a partir da

invenção da escrita tipográfica no século XV; sua “transformação” em gêneros digitais a partir de mudanças nas tecnologias da comunicação e da informação e, mais especificamente, com a Internet.

Novas águas em um rio antigo: historicizando os gêneros discursivos

As discussões em torno dos gêneros discursivos já têm sido feitas desde a antiguidade. A esse respeito, podemos dizer que a *Arte retórica*, de Aristóteles, que versa sobre discursos retóricos nas oratórias das ágoras gregas, representa uma das primeiras abordagens sistemáticas no que diz respeito à questão dos gêneros discursivos².

Cabe lembrar que, em grande parte da história das civilizações, a escrita ainda não se fazia presente, razão por que a Retórica, como um gênero oral, ocupava um lugar de tão grande destaque nas sociedades da época. Nesse sentido, a “arte de bem dizer” representava, por conseguinte, a garantia de conquista ou de manutenção do poder, uma vez que a Retórica era usada como um instrumento prático de manipulação pelo discurso e, por meio dela, era possível expressar os pontos de vista sobre um assunto específico, prevendo a reação do interlocutor e, a partir disso, convencê-lo de suas ideias.

De fato, a preocupação com a eficácia do discurso sempre esteve presente na história da reflexão grega sobre a linguagem, inclusive com a separação entre o lógico e o retórico. Esse foi um dos motivos pelos quais Aristóteles se dedicou tanto ao estudo da Retórica, pois, para o filósofo, a “Arte da Retórica” se constitui em uma atividade metadiscursiva, ou seja, “[...] sua tarefa não consiste em persuadir, mas em discernir os meios de persuadir a propósito de cada questão [...]” (ARISTÓTELES, 1978, p.41), sendo, portanto, uma reflexão sobre o próprio ato do discurso oratório. Desse modo, para o autor, diferentemente da Lógica, que aborda a questão das condições de enunciado verdadeiro através da análise de uma proposição, a Retórica se refere à apreensão da linguagem como discurso produtor de efeitos, como poder de intervenção no real, como atividade, como ação.

Por essa razão, segundo o filósofo, a Retórica não pertence a um gênero particular e definido, mas comporta os três grandes gêneros discursivos

² Outras duas obras, consideradas também como marcos de uma abordagem sistemática acerca da questão dos gêneros, são o Livro III da *República*, de Platão, e o Livro *A arte poética*, de Aristóteles. O enfoque, no entanto, dessas duas obras recai especificamente sobre os gêneros literários (a epopeia, a poesia trágica, a comédia e a poesia ditirâmbica) e sua descrição formal, o que, particularmente, foge da perspectiva com a qual lidamos neste estudo. No livro *A arte retórica*, por outro lado, interessa-nos que, ao tratar dos gêneros discursivos (o deliberativo, o judiciário e o demonstrativo), Aristóteles se preocupa em desenvolvê-los com base na situação de produção dos discursos e de seus temas (os contextos em que são desenvolvidos) e nas relações efetivas entre os interlocutores.

(ARISTÓTELES, 1978): o deliberativo, usado para aconselhar/ desaconselhar, que se voltava para o futuro pelo seu caráter exortativo; o judiciário, que tinha função de acusar ou defender e se voltava para o passado; o demonstrativo (epidíctico), que refletia o elogio ou a censura, retratando uma situação presente.

Ainda segundo Aristóteles, o discurso se divide em duas partes: a indicação do assunto de que se trata (exposição) e a demonstração desse assunto (prova). Essas partes, para o filósofo, estariam inseridas nos diferentes gêneros do discurso (deliberativo, judiciário e demonstrativo). Com base nessa concepção discursiva aristotélica, é possível levantar dois pontos importantes: primeiramente, que havia uma inter-relação de formas, função e tempo na constituição dos gêneros discursivos; e que a eficácia da ação do discurso, dentro de cada gênero discursivo, estava intimamente relacionada aos contextos em que eram produzidos.

Muitos séculos depois, já no período do Renascimento, depois de um longo tempo de hibernação medieval da produção de conhecimento, uma forte influência da cultura greco-romana emergiu na Europa e trouxe, em seu bojo, muitas das reflexões da tradição aristotélica. Contudo, após a invenção da escrita tipográfica, na metade do século XV, as tradições orais foram cedendo um espaço cada vez maior à escrita. Antes, a escrita era tida como uma tarefa “sacralizada”, pois poucos tinham e podiam ter a habilidade de produzir textos que se tornariam livros. No entanto, a partir do período renascentista, com a revolução da escrita, iniciou-se a circulação de folhas volantes, impressos precursores do jornal; um processo de escrita não mais manual, mas mecânico, que possibilitou a produção e duplicação de múltiplas cópias idênticas aos melhores manuscritos.

Podemos dizer que, com o advento da invenção de Gutenberg, o século XV foi o segundo grande marco na história da constituição dos gêneros discursivos, pois, a partir da escrita tipográfica, as próprias relações entre o indivíduo e a memória social mudaram. O sujeito passou a poder projetar suas experiências, sua visão de mundo, sua cultura, seus sentimentos e vivências no papel (TURKLE, 1996). Ao fazer isso, pôde, também, analisar o próprio conhecimento das coisas e do mundo e, o mais importante, fazer com que esse conhecimento pudesse alcançar pessoas de outras culturas e outros tempos por meio da escrita.

Ao estabelecer uma relação com outras culturas e em diferentes épocas, a escrita, segundo Lévy (1996, p.26), passou a promover uma nova episteme e, por conseguinte, uma nova compreensão sobre o próprio conceito de verdade. Nas palavras do autor:

Com a escrita, e mais ainda com o alfabeto e a imprensa, os modos de conhecimento teóricos e hermenêuticos passaram, portanto, a prevalecer sobre os saberes narrativos e rituais das sociedades orais. A exigência de uma verdade universal, objetiva e crítica só pôde se impor numa ecologia

cognitiva largamente estrutura pela escrita, ou, mais exatamente, pela escrita sobre um suporte estático.

Essa nova ecologia sustentada pela escrita, que passou a se adequar a um critério de universalidade e objetividade, acabou, então, segundo o autor francês, criando uma distância entre o saber e o sujeito. Isso porque a escrita em grande escala desenvolveu um tipo de comunicação no qual as mensagens são, em geral, separadas de seu contexto de produção, deslocadas temporal e espacialmente de sua origem, desvinculando-se, por conseguinte, da visão retórica aristotélica apontada acima, que se constitui a partir da situacionalidade do discurso e das relações efetivas entre os interlocutores nele envolvidos.

Com o advento da imprensa, outra questão de caráter universal e objetivo passou a ser considerada: o direito autoral. Por meio do livro impresso, a escrita se tornou estável e controlada, gerando, com isso, inúmeras cópias idênticas. A imprensa trouxe fixidez e permanência ao texto, que, começou, então, a sobreviver indefinidamente, valorizando a figura do autor.

Segundo Martins (1996), na Antiguidade e na Idade Média, o direito de propriedade do autor sobre seu trabalho era ignorado. A civilização grega se constituía com base na tradição oral, não se aplicando, portanto, o controle de propriedade. Na Idade Média, o livro era algo muito raro e sem circulação, por isso, a questão dos direitos autorais ainda não era tratada.

Foi, no entanto, a partir do Renascimento que começaram a surgir, de fato, os privilégios de venda, concessões feitas por autores, obtidas em função da concorrência entre livreiros-editores. Os autores, então, cediam a propriedade de suas criações a esses livreiros-editores que, por sua vez, produziam muitas cópias do original para venda, mas também preservavam a propriedade dos manuscritos adquiridos dos autores para publicação. Esse comércio crescente em torno das obras impressas é que fará surgir, no século XVIII, a necessidade de controles legais, nesse caso, de privilégios econômicos decorrentes da utilização dos tipos móveis que levavam à produção de um número cada vez maior de cópias de uma obra, instituindo-se, assim, os direitos autorais e criando-se, com isso, a figura do “autor-proprietário”.

Percebe-se, a partir de então, a instauração de uma visão de texto, e de sua própria produção e circulação, como algo de caráter cada vez mais universal. Esse caráter se coaduna com os próprios ideais da Modernidade, que, segundo Giddens (1993), constituem-se como um projeto de criação dos iluministas, a partir do qual a ordem positiva da ciência e a organização progressiva da sociedade eram as bases de sustentação, marcado pela sua ênfase na razão humana.

A forma racional de ver o mundo e seus fenômenos foi ganhando cada vez mais destaque, pois o maior objetivo da Ciência Moderna era prever e controlar

a natureza. Para isso, foi necessária a criação de regras e leis universais que pudessem explicar o funcionamento dos fenômenos sociais, naturais e humanos. Essa maneira de ver o mundo, associada à consolidação do Capitalismo como sistema econômico hegemônico, passou a valorizar cada vez mais a escrita, ensinada pelas instituições escolares e com um importante papel na formação e divulgação dos Estados Nacionais.

Ao longo do século XIX, com a consolidação da burguesia e dos Estados Nacionais em diversas sociedades europeias, o discurso iluminista sobre a importância e a necessidade de tornar universal o acesso ao saber transformou a aprendizagem da escrita em condição *sine qua non*. Gradualmente, ler e escrever tornaram-se qualificações imprescindíveis para diversas profissões e, cada vez mais, para a própria inserção social e política dos indivíduos, definindo-os, em última instância, como cidadãos.

No que diz respeito aos estudos linguísticos e literários, tamanha foi a influência positivista que, no século XIX e no começo do século XX, para alguns autores, quase que a morte da Retórica foi anunciada. A análise do contexto social foi praticamente deixada de lado; quando usada, era apenas para ser entendida como uma ciência de ornamentos, esvaziada de conteúdo e repleta de “estruturas” e “gramáticas”. Contudo não tardou para a Retórica retomar seu espaço de destaque nas ciências da linguagem que acompanham o desenvolvimento do ser humano na sociedade em que vive, sobretudo numa sociedade de tantos avanços tecnológicos nas áreas da informação e da comunicação como a nossa. Mas o que mudou ao longo do século XX para que pudéssemos repensar uma “ciência do discurso” – e os próprios gêneros discursivos –, na qual os contextos social, cultural, histórico, político e econômico passassem a ser considerados, não como meros “ornamentos” para uma espécie de descrição formal da língua, mas como partes constitutivas da própria linguagem?

Seguindo o curso do rio: procurando entender os gêneros discursivos

Um caminho possível, a nosso ver, para seguir o curso do rio e responder à questão acima é buscar entender que os gêneros discursivos se constituem historicamente na comunicação discursiva, pois acompanham e refletem a evolução das relações sociais dos seus usuários. Nesse sentido, consideramos, em consonância com Bakhtin (1979, p.280), os gêneros do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, construídos historicamente e responsáveis pela constituição de uma totalidade discursiva. Esses enunciados, aqui entendidos como unidades reais do discurso, organizam-se como elos em uma grande cadeia complexa, formando um intercâmbio linguístico que se torna, por sua vez, uma resposta a outros enunciados.

Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que toda comunicação verbal ocorre mediante a alternância dos enunciados, utilizados por seus sujeitos para a compreensão da realidade extraverbal. Em outras palavras, o enunciado é entendido como elo da cadeia na unidade discursiva da comunicação, como fenômeno responsável pela apreensão comunicativa de aspectos da atividade humana em contextos e condições específicas. A esse respeito, o próprio Bakhtin (1979, p.279) assevera que:

[...] a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas [esferas da atividade humana], não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.

Ao chamar a atenção para o caráter estável que um conjunto de enunciados pode assumir em uma determinada esfera de comunicação, Bakhtin (1979) não só traz à tona o conceito de *gêneros do discurso*, mas também os situa como elementos que são sempre construídos com base em outros preexistentes, a partir de uma relação histórica de interação entre os usuários da língua dentro de instituições e atividades sociais. Nesse sentido, é possível afirmar que o gênero não existe por si só; por se estabelecer como um fenômeno histórico e social, o gênero é um componente de um conjunto, não podendo, portanto, ser percebido de forma individual ou isolada.

Isso quer dizer que, além de figurar como reação-resposta na cadeia da comunicação discursiva, todo enunciado está relacionado com aqueles que o seguem. Em outras palavras, o discurso se encontra com o discurso do outro não somente através do objeto, mas, sobretudo, através de sua orientação para o interlocutor. Todo enunciado mantém relações dialógicas não só com os elos (enunciados) anteriores, mas também com os elos posteriores, ou seja, o interlocutor constrói seu enunciado levando em conta as possíveis reações-resposta do outro (até que ponto conhece a situação, se tem ou não conhecimentos específicos da esfera comunicativa em questão, quais são suas opiniões e convicções, qual é seu poder de influência sobre o enunciado etc.).

Nesse sentido, é possível discorrer que todo enunciado obedece às coerções do gênero discursivo e, por conseguinte, da esfera de que faz parte. O enunciado,

em suas diferentes formas (relativamente) estáveis e típicas, estabelece, portanto, diferentes gêneros do discurso. E, para que as condições e as finalidades suscitadas por cada esfera sejam concretizadas, os enunciados, ou melhor, os tipos “relativamente estáveis de enunciados”, obedecem a uma estrutura tripartida dos gêneros discursivos: *estilo*, *forma composicional* e *tema*. Portanto trabalhar com a noção de gêneros implica considerar esses três elementos nas mais diversas atividades sociodiscursivas.

Quanto ao *estilo*, Bakhtin (1979) afirma ser uma posição enunciativa do locutor que compõe uma organização interna própria de autonomia e que caracteriza suas especificidades; a *forma composicional*, por sua vez, lida com a construção das relações entre os elementos do enunciado em si, de modo que seja interpretável por sua estrutura (relações entre as partes e o todo), isto é, a forma da estrutura do enunciado determinada pela estabilidade do gênero; o *tema*, além de expressar o conteúdo, é composto também pelo *acento valorativo* dado ao enunciado, estabelecendo um diálogo com os interlocutores e com outros enunciados/ temas, por meio das características socioculturais e dos valores que são (re)criados na enunciação.

O autor ainda pondera que esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – “[...] estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação.” (BAKHTIN, 1979, p.261). Por isso, no momento da realização do enunciado, a escolha de um determinado gênero e não de outro ocorre através da disponibilidade dos recursos linguísticos que são sempre situados. Isso quer dizer que o gênero, conforme mencionamos acima, não existe por si só, mas se estabelece como um fenômeno social, histórico e ideológico, o que nos possibilita afirmar, em consonância com Bakhtin (1979), que os enunciados são construídos a partir de uma relação de interação entre os usuários da língua dentro de instituições e atividades sociais. Tal asserção nos faz operar, segundo Rojo (2006), não com uma visão de linguagem estática, mas com uma visão situada de língua em uso, em que práticas didáticas plurais e multimodais podem ser favorecidas e possibilitadas pelas diferentes teorias de gêneros.

Aprofundando-se na ideia de que a linguagem se constitui pelo diálogo entre diferentes discursos de temporalidade e espaços diversos, a própria teoria bakhtiniana pode ser considerada uma réplica na discussão sobre os estudos da linguagem desde a Antiguidade, sobretudo no que diz respeito aos gêneros, cujo estudo, conforme apontamos no começo deste estudo, inicia-se em Aristóteles em seus estudos retóricos e, de certa forma, passam a ser reelaborados por Bakhtin (1979).

Essa visão sócio-histórica dos gêneros discursivos desenvolvida por Bakhtin (1979) é retomada por outros autores em estudos mais recentes. Miller (1984, p.159), por exemplo, em um de seus mais primorosos e citados trabalhos acerca da questão do gênero – *Genre as a social action* –, considera os gêneros “como ações retóricas tipificadas baseadas em situações recorrentes”. A tipificação das ações retóricas, responsável, segundo a autora, pela recorrência da situação social, é em si um reconhecimento construído socialmente. Portanto, a emergência do gênero ocorre lado a lado com a emergência de situações genéricas, com a ação retórica em si ajudando a definir a situação. Nesse sentido, a própria autora pondera que:

O estudo do gênero se torna valioso não porque poderia permitir a criação de algum tipo de taxonomia, mas porque enfatiza alguns aspectos sociais e históricos da retórica que outras perspectivas não contemplam. Meu argumento é o de que uma definição retoricamente plausível de gênero deve se centrar não na substância ou na forma do discurso, mas na ação que realiza [...]. Portanto, uma classificação de discurso será retoricamente plausível se ela contribuir para uma compreensão de como o discurso funciona, isto é, se reflete a experiência retórica dos sujeitos que criam e interpretam o discurso. Um princípio de classificação baseado na ação retórica parece mais claramente refletir a prática retórica (desde que a ação englobe tanto a substância quanto a forma). E se o gênero representa a ação, ele deve envolver a situação e o motivo, isso porque a ação humana, sendo ela simbólica ou não, é interpretável somente mediante um contexto de situação e através da atribuição de motivos. (MILLER, 1984, p.151).

Dentro dessa perspectiva, podemos considerar, então, que o contexto de situação e a atribuição de motivos, aos quais a autora se refere, constituem a própria interação social relativamente estável no interior das esferas ou variedades de intercâmbio comunicativo social (cotidiana, científica, jornalística etc.). Isso porque os gêneros, com seus propósitos comunicativos, não são indiferentes às especificidades da sua esfera; eles as “fazem surgir”.

Erickson (1997, p.2), fazendo também esse percurso, propõe uma *teoria de gênero situada* que, segundo o autor, diferentemente de concepções tradicionais anteriores,

[...] busca dar ênfase aos modos com que os gêneros provêm de uma situação comunicativa recorrente. Em outras palavras, as regularidades na forma e no conteúdo, que caracterizam o gênero, não são vistas como convenções arbitrárias, mas, pelo contrário, como resultado da confluência de forças técnicas, sociais e institucionais que compõem a situação comunicativa e dos esforços dos usuários dos gêneros – a “comunidade discursiva” – em atingir seus propósitos comunicativos naquela situação.

Destarte, é possível afirmar que os gêneros se constituem como artefatos simbólicos que se encontram à disposição dos sujeitos de uma determinada sociedade, mas que só podem ser considerados como verdadeiras ferramentas/instrumentos para seu agir quando esses sujeitos se apropriam dos gêneros com um determinado propósito comunicativo que deve sempre estar atrelado aos interesses dos membros de sua comunidade no seu agir com a linguagem. Sobre essa questão, Yates, Orlikowski e Rennecker (1997, p.2) asseveram que:

Os gêneros são identificados tanto por seu propósito comunicativo reconhecido quanto por características comuns na sua forma. O propósito comunicativo de um gênero não é simplesmente a intenção do indivíduo ao se engajar no ato comunicativo, mas um propósito interpretado pelos membros da sua comunidade organizacional relevante.

Tal asserção nos permite uma compreensão dos gêneros que vai muito além da concepção tradicional que simplesmente os classifica quanto à sua forma e ao conteúdo. Como base nessa visão mais ampla que estamos buscando trazer à tona, os gêneros se tomam os meios através dos quais é possível “[...] realizar ações sociais em situações particulares em termos de intenção e público.” (ERICKSON, 1997, p. 4). Isso nos conduz a operar com uma concepção de gênero que considera não só seus aspectos linguísticos e estruturais, mas, sobretudo, as características da sua situação de produção e de circulação (quem é o produtor, em que papel social se encontra, a quem se dirige, em que papel se encontra o leitor/ouvinte, em qual instituição social se produz e circula, em que momento, em qual suporte, com qual objetivo, em que tipo de linguagem, qual é a atividade não verbal a que se relaciona, qual o valor social que lhe é atribuído etc.).

Uma outra questão crucial a respeito dos gêneros é a sua atualização, isto é, a sua possibilidade de movimento entre a unidade e a continuidade (ou entre o dado e o criado). O resultado disso é que “o conjunto de gêneros é uma classe aberta na qual novos membros se desenvolvem enquanto outros desaparecem (MILLER, 1984). Nesse sentido, podemos afirmar que o gênero, além de se constituir como força reguladora para a construção do enunciado para o locutor e como horizonte de expectativa para o interlocutor, também se renova a cada interação verbal, pois cada enunciado contribui para a sua existência e continuidade. Aqui se fazem bastante valiosas novamente as palavras de Miller (1984, p.158):

O novo se torna familiar através do reconhecimento de similaridades relevantes; tais similaridades passam a se constituir como um tipo. Um novo tipo é, então, formado a partir das tipificações já existentes quando estas não são mais adequadas para determinar uma nova situação. Se uma nova tipificação prova ser continuamente útil para representar uma determinada conjuntura, ela passa a fazer parte do estoque de conhecimento e sua aplicação se torna rotina.

Pensando, portanto, nessa “renovação” como força constitutiva dos gêneros, podemos, então, dizer que um outro afluente imenso surge como extensão desse rio dos gêneros discursivos, cujas águas se tornam cada vez mais largas e profundas: o dos gêneros digitais. Contudo, conforme já viemos descrevendo ao longo deste trabalho, todo processo de atualização ou mudança se constitui, necessariamente, através de um processo sócio-histórico. Por isso, para que possamos compreender o surgimento dos gêneros digitais, é preciso que continuemos seguindo o percurso histórico desse rio, que rompeu as barragens que ainda o represavam até fins do século XX e adentrou pelo século XXI.

Início do século XXI: o que mudou ao longo do rio?

Mesmo reconhecendo nas vozes de Bakhtin (1979, 1981) e de muitos autores que compartilham de sua episteme a natureza social e o caráter dialógico que perpassam toda ação discursiva, percebemos, outrossim, que, atinente à visão de texto escrito e de sua própria produção e circulação, o caráter positivista (universal), típico dos ideais da Modernidade, ainda se fazia muito presente em pleno século XX. A escrita ainda se encontrava atrelada a critérios de universalidade e objetividade de uma ordem positiva da ciência iluminista do século XVIII. É como se preferíssemos represar as águas do rio ao invés de acompanhá-las em seu curso.

A mudança de direção no curso, ou melhor, o processo de “desrepresamento” do rio começou a se anunciar no final do século XX, a partir de muitas transformações de ordem social, econômica, política, cultural e tecnológica. Tais mudanças passaram a ocorrer, sobretudo, em virtude do grande fluxo de informação, bem como do seu fácil acesso, o que passou a disponibilizar, segundo Fridman (2000), diversas formas de ver e viver a experiência humana.

Esse momento sócio-histórico, que se inicia a partir da última década do século XX e adentra o século atual, tem-se caracterizado pelas polêmicas a respeito do fim das bases de legitimidade do conhecimento moderno ou sobre as transformações da vida social acarretadas pelo avanço tecnológico. Esse período da contemporaneidade vem trazendo, de acordo com Bauman (2005), uma série de mudanças em todos os aspectos da vida social: a velocidade dos meios de comunicação e produção, a volatilidade do capital e o acesso aos estoques mundiais de informação, possibilitados pela era da tecnologia, estão exercendo uma influência cada vez maior nas novas formas de sociabilidade.

Nunca, na história da humanidade, os seres humanos viveram de forma tão intensa tudo aquilo que diz respeito ao seu próprio *eu*. Na sociedade do consumo (BAUDRILLARD, 1995), em que tudo e todos são cada vez mais tratados

como mercadorias, (JAMESON, 1996; SANTOS, 2001) o que existe é uma eterna insatisfação, que vai sendo preenchida por um consumo hedonista, sempre pronto a acabar e a recomeçar novamente. Sobre essa questão, Bauman (2005, p.98) pondera que “Hoje em dia, somos consumidores numa sociedade de consumo. A sociedade de consumo é a sociedade do mercado. Todos estamos dentro e no mercado, ao mesmo tempo clientes e mercadorias.”

Tem-se início, portanto, uma nova sociedade denominada sociedade de consumo fragmentada (FRIDMAN, 2000), com a substituição da produção fordista por cadeias de montagem mais curtas e flexíveis denominadas de *Toyotização*, o que acarretou, segundo Santos (2001), a perda do poder do Estado-nação, com a crescente globalização da economia. Como corolário, a noção de democracia passou a se basear na capacidade de livre escolha de bens de consumo (LIPOVETSKY; CHARLES, 2004).

O consumo, na contemporaneidade, coaduna-se, por conseguinte, com a esfera econômica, que, longe de questionar qualquer ruptura com o sistema capitalista, mostra que cada vez mais estamos no estágio do capitalismo tido como transnacional (JAMESON, 1996). Relacionado intrinsecamente à globalização, este momento sócio-histórico tem como características essenciais a ruptura com as fronteiras nacionais e uma adaptação mais flexível às demandas da produção e dos mercados consumidores.

Neste mundo da globalização marcado por muitas transformações, uma merece um destaque especial: a mídia. Com efeito, o desenvolvimento da mídia transformou a constituição espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação não mais ligadas ao compartilhar de um local comum. Em relação a essa característica, Fridman (2000, p.17) aponta que “[...] é possível saber o que afeta o mundo todo e não estar em lugar algum.” Desse modo, podemos experimentar os acontecimentos sem a necessidade de compartilhar simultaneamente o mesmo espaço que nosso interlocutor.

Essa capacidade da mídia de transformar o próprio sentido de temporalidade tem se tornado um dos efeitos mais importantes do mundo contemporâneo, em que os sujeitos vivem presentes contínuos perpétuos, em que o eterno presente, o tempo das narrativas da mídia, “[...] é contado pelo relógio dos gozos que se gastam em cada aceno das mercadorias, nessa versão de uma salvação terrena que não tem um fim último nem dá coerência a trajetos de vida.” (FRIDMAN, 2000, p.72).

De fato, essa nova relação espaço-tempo, proporcionada pelos meios de comunicação em massa, que vêm intensificando as relações sociais em escala mundial ligando localidades antes distantes, tem nos proporcionado um novo tipo de vida nunca antes experimentado. As consequências dessa transformação

têm grande alcance e atingem muitos aspectos de nossas vidas, desde as mais íntimas instâncias da experiência no nível micro, às de nível macro do domínio público (THOMPSON, 2004). A esse respeito, Fabrício e Moita-Lopes (2002, p.47) apontam que:

A compressão espaço-tempo possibilitada pela velocidade da circulação de discursos e imagens disponibilizados em tempo real pela TV ou pela Internet, que, ao produzirem uma megaestimulação visual e cognitiva, vêm tornando os regimes de atenção, concentração e percepção cada vez mais rápidos, instantâneos, multifocais e fragmentários, fabricando novos espaços de visualidade, de experimentação e de construção de sentido (como, por exemplo, espaços e simuladores virtuais e holográficos).

Em meio a este mundo globalizado e contingente, percebemos que as ações globais são cada vez mais afetadas pelas ações locais e o local, por sua vez, cada vez mais globalizado, ou, segundo Kumaravadivelu (2006, p.134), “o global está localizado e o local está globalizado”. Com isso, as práticas sociais passam a ser perenemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre estas mesmas práticas, alterando, assim, constitutivamente seu caráter. Destarte, torna-se intrínseco ao processo de constituição do conhecimento, segundo Venn (2000), a possibilidade de revisão das convenções daquilo que se tem como certo e verdadeiro.

Isso posto, podemos atribuir à fluidez do tempo a possibilidade, segundo Thompson (2004, p.19), de compartilhar de “uma visibilidade mediada”, que é a transformação da própria ideia de experiência, uma capacidade reflexiva de processar novos conteúdos, de atuar em questões diversas e, como corolário, de transformar a própria vida social.

Nesse sentido, a mídia passa a ser, então, considerada como o veículo através do qual se produzem as incertezas, ambivalências e pluralidades acerca das coisas do mundo contemporâneo. A esse respeito, Fridman (2000, p.23, grifo do autor) assinala que “[...] a onipresença da mídia, ambiente em que se processa a nova expansão do capitalismo, informa a ideia de *sociedade da imagem*.” Nesse contexto, o predomínio das imagens influencia as maneiras de pensar, sentir, desejar, consumir e agir dos indivíduos.

Contudo somos atordoados pela sensação de que todos esses recursos tecnológicos irão nos atropelar com um grande volume de informações e acontecimentos que nos chega em um ritmo acelerado e por meios diversos. A gama de informações transmitida pela mídia nos leva a não fazer distinção entre o aqui e o ali, entre o próximo e o distante, afetando, assim, a nossa relação pessoal com o espaço e com o tempo. E tudo isso pode causar um certo efeito desorientador sobre muitos indivíduos, uma vez que “[...] o uso dos meios de

comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder.” (THOMPSON, 2002, p.14).

É, justamente, essa experiência sobre a diversidade econômica, cultural e social sem precedentes que vem alterando profundamente a vida em sociedade, ou pelo menos a sua compreensão, o que colabora para gerar aquilo que Giddens (2002) denomina de mundo em descontrole. Isso porque, uma vez frente a esses novos significados, que não fazem parte de seu repertório de sentidos, muitos sujeitos sociais perdem seu referencial e se deparam com um sentimento de insegurança e impotência. Segundo Fridman (2000), as vertigens trazidas por essas rápidas transformações resultam em esforços de se tentar compreender o mundo atual. Esses esforços evidenciam a tentativa de elucidação dos meios e modos em que se processa a “[...] comunicação instantânea, a volatilidade do capital, a ação à distância, os novos *apartheids* sociais, a fragmentação do sujeito e a predominância da mídia na constituição do universo simbólico das grandes massas.” (FRIDMAN, 2000, p.11).

É em meio a esse contexto sócio-histórico que um tipo de mídia vem ganhando cada vez mais força e se tomando, com isso, cada vez mais presente na vida social: a Internet.

A Internet como um novo marco no curso do rio

Dissemos, no começo deste estudo, que os gêneros discursivos se constituiriam a partir de três grandes fases no curso do rio: sua nascente (origem) na Retórica aristotélica, ainda como um gênero oral; sua redefinição a partir da invenção da escrita tipográfica no XV; e sua “transformação” com o advento da Internet. Para que pudéssemos seguir o curso do rio na tentativa de entender essa terceira fase, mostramos, na seção anterior, como as diversas mudanças ocorridas desde o fim do século passado passaram a promover outro olhar sobre a vida social. No bojo dessas transformações, um grande destaque deve ser dado ao advento e uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, e, em particular, à Internet.

As contribuições dos primeiros protótipos que vieram a ser tornar a Internet, logo no início de seu aparecimento, surgiram no auge da Guerra Fria “[...] como estratégia militar para possibilitar a sobrevivência das redes de comunicação em caso de ataque nuclear que pretendesse destruir os centros de comando e controle.” (CASTELLS, 2003, p.428). Inicialmente, cientistas queriam criar uma rede descentralizada em que, mesmo que um computador fosse destruído, os outros continuassem existindo e enviando suas mensagens, preservando, assim, as informações. Na tentativa, então, de desenvolver essa ideia e explorar, ao máximo,

recursos de compartilhamento dos seus computadores, os cientistas criaram um projeto da agência norte-americana ARPA (*Advanced Research Projects Agency*) com o objetivo de conectar os computadores dos seus departamentos de pesquisa. Eles, então, conseguiram realizar uma grande proeza para a época: a concretização da ideia de ligar computadores entre si, em rede.

A ideia inicial do projeto era, de fato, conectar os mais importantes centros universitários de pesquisas americanos com o Pentágono, a fim de permitir não apenas a troca de informação rápida e protegida, como também instrumentalizar o país com uma tecnologia que possibilitasse a sobrevivência de canais de informações em caso de uma possível guerra nuclear. Essa nova rede de comunicação tinha o potencial de transmitir informações para pontos distintos sem a necessidade de um ponto central, e essa era a sua grande novidade. Embora pensado desde a década de 1950, o projeto só se iniciou de fato em 1969, quando quatro instituições de pesquisa passaram a se interligar (as duas Universidades da Califórnia – Los Angeles e Santa Bárbara –, a Universidade de Utah e o Instituto de Pesquisa de Stanford).

O projeto foi, então, colocado à disposição de pesquisadores e resultou em uma intensa atividade de pesquisa durante a década de 1970, embora com um acesso ainda restrito a certas instituições de ensino e pesquisa. Segundo Castells (2003), no início da década de 80, a ARPA iniciou a integração das redes de computadores dos outros centros de pesquisas à ARPANET. No entanto, o mesmo autor também aponta que, pouco tempo depois, já estava difícil separar a pesquisa voltada para fins militares das comunicações científicas. Por isso, a partir de 1983, “[...] houve a divisão entre ARPANET, dedicada a fins científicos, e a MILNET, orientada diretamente a aplicações militares.” (CASTELLS, 2003, p.83).

Ainda na década de 1980, a ARPANET passou a se tornar o grande sistema de comunicação em rede, a “rede das redes”, formando o que veio a se chamar ARPA-INTERNET e, logo depois, INTERNET, ainda sustentada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Foi, então, a partir da criação da Internet, que se deu início a uma nova era na comunicação e na informação, em que navegar representou o primeiro grande passo de nossa sociedade rumo à consolidação do um novo paradigma.

Contudo a privatização da Internet só ocorreria em 1995, a partir de pressões comerciais de redes de empresas privadas e de redes cooperativas sem fins lucrativos (CASTELLS, 2003). Com isso, a Internet passou a ser explorada comercialmente, fazendo com que seus recursos passassem a fazer parte não apenas de milhares de empresas e instituições, mas também de milhões de residências, aumentando, de forma exponencial, o número de pessoas que começaram a ter acesso ao espaço virtual da Internet.

Ao lado disso, os computadores, por sua vez, que antes eram enormes e muitas vezes desajeitados, foram se tornando cada vez mais populares, em virtude da redução do seu tamanho, peso e, conseqüentemente, do seu custo, sendo, então, gradativamente estendidos ao cidadão comum. Nesse sentido, pode-se dizer que o computador conectado à Internet passou, por conseguinte, a incorporar uma ideia-chave: a de uma rede de arquitetura aberta, não sendo, portanto, imposta por nenhum órgão centralizador específico. Ironicamente, o projeto militar, inicialmente criado para salvamento de informações de uma possível guerra nuclear, tornou-se a maior rede de comunicação humana, descentralizada e democrática.

Apesar dos avanços tecnológicos expressivos, foi a partir de um novo e grande salto tecnológico, também ocorrido na década de 1990, que se tornou possível a difusão da "Internet na sociedade em geral: a criação de um novo aplicativo, a rede mundial (*World Wide Web* – WWW³), que organizava o teor dos sítios da Internet por informação e não por localização, oferecendo um sistema fácil de pesquisa para procurar as informações desejadas." (CASTELLS, 2003, p.88).

Esse novo ambiente da *World Wide Web*, popularmente conhecido como *web*, passou a ter como função primordial permitir que o internauta pudesse, entre outras coisas, desviar o fluxo da leitura para assuntos referidos no texto com o objetivo de os interligar e, *ipso facto*, aprofundar-se em determinado tema. Isso porque a *web* é capaz de agrupar informações dispersas, que permitem acesso a páginas da Internet que se ligam umas às outras através de nós de hipertexto.

Com efeito, a era da Internet, ao lado das duas fases anteriores apontadas neste trabalho, constitui-se como uma grande fase na experiência da comunicação humana. Isso porque a conexão simultânea dos atores sociais a uma mesma rede traz uma relação totalmente nova para os conceitos de contexto, espaço e tempo. Das narrativas orais e da forma linear das culturas da escrita, passamos a uma percepção do tempo que vai muito além de linhas; estas se tornam segmentos da imensa rede pela qual nos movimentamos (CARDOSO, 1997). Estamos vivendo num ritmo de grande velocidade em que não há horizonte, nem ponto-limite, um "fim da linha". Ao contrário, vivemos, de acordo com Meyrowitz (1994), num tempo fragmentado, numa série de presentes ininterruptos que não se sobrepõem uns

³ termos *Internet* e *World Wide Web* são usados indistintamente, embora não sejam sinônimos. A Internet é a Os gigantesca rede das redes, uma imensa infraestrutura em rede. Ela conecta milhões de computadores globalmente, formando uma rede em que computadores podem comunicar-se uns com os outros; a *World Wide Web* (WWW) é uma maneira de acessar informação por meio da Internet. É um sistema de compartilhamento de informações construído na Internet por meio de uma interface gráfica fundamentada na codificação HTML (*Hypertext Markup Language* – Linguagem de Marcação de Hipertexto). A WWW se serve de *browsers*, como o *Internet Explorer* e o *Mozilla*, para acessar documentos chamados páginas (*websites*), que estão ligados uns a outros por meio de *hyperlinks*. A WWW é apenas uma das maneiras pelas quais a informação pode ser disseminada pela Internet. A Internet, não a WWW, é ainda utilizada para acessar *correios eletrônicos*, *Instant Messaging*, *Newsgroup*. Portanto a WWW é apenas uma parte da Internet, embora seja uma grande parte.

aos outros, como páginas de um livro, mas existem simultaneamente, em tempo real, com intensidades múltiplas que variam de acordo com o momento.

Com base nessa experiência de um tempo fragmentado, outro conceito passa a ser considerado como central na Internet: o da desterritorialização. Esta diz respeito ao fato de uma pessoa, um ato, uma informação se tornarem “não presentes” quando se encontram no mundo virtual, produzindo, ainda, um deslocamento radical nos conceitos clássicos de lugar e de tempo (BAUMAN, 2005). Apesar da desterritorialização dos elementos e da implosão do tempo e do espaço, o virtual não significa imaginário. A esse respeito, Du Gay (1997, p.26) assevera que:

A nova mídia eletrônica não apenas possibilita a expansão das relações sociais pelo tempo e espaço, como também aprofunda a interconexão global, anulando a distância entre as pessoas e os lugares, lançando-as em um contato intenso e imediato entre si, em um “presente” perpétuo, onde o que ocorre em um lugar pode estar ocorrendo em qualquer parte [...]. Isto não significa que as pessoas não tenham mais uma vida local – que não mais estejam situadas contextualmente no tempo e espaço. Significa apenas que a vida local é inerentemente deslocada – que o local não tem mais uma identidade “objetiva” fora de sua relação com o global.

A Internet pode ser, portanto, considerada como uma virtualização da realidade, uma migração do mundo real para um mundo de interações virtuais (LÉVY, 2001). Nesse sentido, a desterritorialização é uma das vias régias da virtualização, uma vez que, segundo Kumaravadivelu (2006), as distâncias espacial e temporal estão diminuindo, e as fronteiras estão desaparecendo. Essa migração em direção a uma nova concepção da relação espaço-tempo estabelece uma realidade social virtual que, ao manter aparentemente as mesmas estruturas da sociedade real, não possui, necessariamente, uma correspondência completa com esta, possuindo suas próprias estruturas e códigos.

Dentro dessa perspectiva, Lévy (1999, p.20) apresenta o mundo virtual como uma grande rede interconectada mundialmente, com um processo de comunicação “universal” sem “totalidade”. Isso segue uma linha de comunicação que vem possibilitando aos navegantes da grande “rede” participar democraticamente de um modelo interativo feito para todos, consolidando, assim, a ideia de uma “aldeia global”.

O autor ainda pondera acerca do que se compreende como virtual. Muitos entendem virtual como a ausência de presença, em oposição ao real. No entanto, o termo virtual significa, atualmente, “aquilo que existe em potencial, derivado do termo latino *virtus* que significa força, potência. É nesse sentido que a árvore está virtualmente presente na semente; o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: a

árvore produz a semente que tem em si a árvore.” (LÉVY, 2001, p.16). O virtual, segundo o mesmo autor, portanto, difere do atual na medida em que não contém em si o real como fim, mas sim um emaranhado de possibilidades que, de acordo com as condições e os contextos, irá se atualizar de maneiras distintas.

Diante dessa perspectiva, o virtual é entendido, portanto, como algo que dialoga e interage com o atual, transformando-se de acordo com as peculiaridades de cada contexto. Nessa relação, entende-se que os resultados finais (as atualizações) não estão determinados, pois serão o resultado de um processo de atualização (TURKLE, 1996). É nesse diálogo entre o virtual e o real, a partir das particularidades de cada contexto na Internet, que passamos a seguir por afluentes criados por esse rio: os gêneros digitais.

Gêneros digitais: um novo afluente do rio

Como produtos sociais, os gêneros são também afetados (e até modificados), conforme apontado acima, pelo meio no qual circula. Nesse sentido, pode-se afirmar que “a mediação das novas tecnologias nos processos comunicativos desencadeia um conjunto de mudanças: a linguagem tende a se ajustar aos limites e às possibilidades de expressão do novo meio e se tornam necessárias convenções específicas para cada modalidade” (BRAGA, 2005, p.756). Isso quer dizer que, sob o ponto de vista da sua produção e circulação, portanto, conceber o gênero, embora com uma certa estabilidade, não como um atributo fixo, mas como um instrumento passível de mudanças. Yates, Orlikowski e Rennecker (1997, p.3), sobre essa questão, ponderam que:

Os gêneros podem sofrer mudanças. E quando certas mudanças nos gêneros estabelecidos se tornam amplamente compartilhadas entre os membros de uma determinada comunidade, variantes do gênero, ou mesmo novos gêneros, surgem. Tais mudanças podem ser desencadeadas por uma série de fatores, incluindo, dentre eles, a introdução de um novo meio de comunicação.

Chegamos, portanto, ao ponto crucial da discussão sobre as novas configurações que os gêneros podem assumir: a introdução de um novo meio de comunicação, como a mídia eletrônica digital. Nesse sentido, um número considerável de teóricos tem lidado com o surgimento dos gêneros digitais como novos meios de comunicação no mundo virtual e a sua influência na evolução dos gêneros tradicionais que conhecemos (CROWSTON, 1996; ERICKSON, 1997; YATES; ORLIKOWSKI; RENNECKER, 1997; COPE; KALANTZIS, 2000; SHEPHERD; WATTERS, 2006; DEVITT, 2000). Segundo Erickson (1997, p.5), “[...] os gêneros evoluem com o tempo por meio de interações recíprocas entre práticas

institucionalizadas e ações individuais humanas, uma vez que as interações *online* têm um grande potencial de acelerar a evolução dos gêneros.”

Yates, Orlikowski e Rennecker (1997), alguns dos precursores no estudo dos gêneros digitais, por exemplo, fazem uso do conceito de *gêneros comunicativos* para dar conta do comportamento dos gêneros digitais. Esses autores têm pesquisado a maneira como detalhes relativamente menores, concernentes à interface dos usuários, constroem os tipos dos meios comunicativos que podem ser realizados dentro de um gênero. Além dos aspectos contemplados nas análises tradicionais de gêneros (suas regularidades de forma e de conteúdo), os autores chamam a atenção para outros dois dispositivos de análise cruciais nessa concepção dos gêneros digitais: a situação para a qual o gênero é uma resposta e a intenção comunicativa do usuário ao fazer uso do gênero. A esse respeito, Erickson (1997, p.16) pondera que:

Ao enfatizar as intenções comunicativas do gênero e o modo como os meios discursivos na Internet facilitam ou inibem a realização dessas intenções, a análise do gênero oferece, de fato, uma abordagem que pode ser aplicada a uma variedade muito extensa de sistemas que dão suporte aos discursos online.

Shepperd e Watters (2006), embora optem pelo termo *cibergênero*, chamam também a atenção para a questão da funcionalidade técnica dos gêneros na Internet. Segundo eles, os cibergêneros têm sido caracterizados pelo conteúdo, forma e funcionalidade, este último quesito se referindo às capacidades disponíveis na nova mídia. Ainda de acordo com esses autores, os cibergêneros podem “[...] ser baseados em gêneros existentes ou em um novo gênero. A funcionalidade permitida pela nova mídia eletrônica pode levar a variações e até mesmo a novos gêneros diferentes dos originais.” (SHEPPERD; WATTERS, 2006).

Aqui cabe, portanto, levantarmos uma discussão recente, que surgiu praticamente junta com os gêneros digitais: se os então denominados “gêneros digitais”, como *e-mail*, *MSN Messenger*, *blog*, entre outros, seriam, de fato, gêneros digitais ou se deveriam ser considerados apenas como suportes, ou meios digitais, para a produção e divulgação de gêneros digitais. Neste trabalho, defendemos, no entanto, uma terceira visão: a de que seriam, ao mesmo tempo, suportes e gêneros digitais.

Primeiramente, de forma mais ampla, podemos argumentar em favor dessa terceira visão que as inúmeras modificações nas formas e possibilidades de utilização da linguagem são reflexos incontestáveis das mudanças tecnológicas emergentes no mundo. Em outras palavras, se a vida social passa por um processo cada vez maior de complexificação, as formas de linguagem tendem ao mesmo processo, gerando e modificando os gêneros discursivos. Isso parece, de fato,

ecoar Bakhtin (1981, p.262), ao afirmar que a riqueza e diversidade dos gêneros discursivos “[...] é imensa, porque as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros discursivos que se diferencia e cresce à medida que se desenvolve e se complexifica a própria esfera.”

Afiliando-se a essa visão, podemos dizer, de forma mais específica, conforme Shepperd e Watters (2006) e Erickson (1997) apontam que todo o sistema técnico envolvido no gênero é igualmente responsável por mudanças que podem levá-lo a ser tornar um outro gênero, diferente daquele que o deu origem. Nesse sentido, pode-se afirmar que os gêneros podem ser definidos por sua forma, conteúdo, função e também suporte. Logo, vê-se que os gêneros não podem ser representados desvinculados de suas ferramentas tecnológicas e que, ao mesmo tempo, uma tecnologia também pode incorporar gêneros discursivos diferentes.

Para se estabelecer com um meio de comunicação tão poderoso, como de fato o é, o mundo virtual incorporou, em grande parte, gêneros discursivos presentes em outros tipos de mídia, tais como aqueles encontrados em jornais, revistas, televisão e rádio. Contudo já é possível observar que a Internet, por outro lado, vem imprimindo um novo modo de veicular a informação, uma vez que sua tecnologia é capaz de reunir recursos variados que lhe permitem lidar, ao mesmo tempo, com o texto escrito, som, fotos e vídeos etc. O advento da tecnologia digital, por exemplo, fez com que gêneros discursivos sofressem adaptações: encurtamento dos textos, uso de *links* eletrônicos, uso da hipermídia, entre outros.

Tendo em vista tais aspectos, é possível inferir que os gêneros emergentes dessa nova tecnologia digital se portam de maneira diferente, primeiramente porque o surgimento dos gêneros digitais pode ser considerado como o resultado de novas necessidades de interação verbal nesses contextos digitais. Além disso, notamos que, de forma análoga aos gêneros discursivos, os gêneros digitais são também definidos por sua forma, conteúdo, função e suporte, os quais, devido à complexificação tecnocultural pela qual o nosso mundo vem passando, permitem que os elementos constituintes da linguagem passem pelo mesmo processo, gerando e modificando, com isso, os gêneros discursivos existentes. A esse respeito, Marchuschi (2004, p.14) aponta três aspectos que tornam relevante a análise dos gêneros digitais:

- a) seu grande desenvolvimento e o uso cada vez mais generalizado;
- b) suas peculiaridades formais e funcionais, não obstante terem eles contrapartes em gêneros prévios;
- c) a possibilidade que oferecem de se reverem conceitos tradicionais, permitindo repensar nossa relação com a oralidade e a escrita.

Diante dessa perspectiva, podemos ponderar que o gênero não se reporta somente aos seus aspectos linguísticos, mas também ao meio e aos recursos tecnológicos formalizados digitalmente que agora também participam igualmente da enunciação. Isso quer dizer que, para que possamos produzir um tecido textual digital, é preciso que consideremos também os meios comunicativos que constroem os gêneros, já que, conforme aponta Erickson (1997), uma diferença entre as mídias é, igualmente, uma diferença de gêneros, pois organizam a linguagem formando discursos dentro de mídias específicas, constituindo, assim, um diferente gênero.

Isso quer dizer que características específicas e exclusivas dos gêneros digitais – como a interatividade simultânea a qualquer hora e em qualquer lugar, por exemplo, proporcionada pela velocidade de trânsito das informações na rede que acontece não só de internauta(s) para com texto(s), mas também de internautas entre si, ou mesmo a influência de outras formas de comunicação (oral, visual, sonoro, musical) na modalidade escrita – resultam em mudanças de fatores de ordem funcional, formal e estrutural, que são, por conseguinte, responsáveis por transformações de gêneros.

Destarte, podemos dizer que o *MSN Messenger*, o *e-mail*, o *blog*, a *homepage*, entre outros, seriam, ao mesmo tempo, gêneros digitais e suportes ou meios de comunicação digital. O *MSN Messenger*, por exemplo, além de ser um programa de comunicação instantânea, que permite que duas ou mais pessoas possam conversar em tempo real na mesma página do *site*, também interpreta e reprocessa gêneros prévios de tradições orais, como uma conversa face a face, tornando-se, portanto, um diferente gênero. O mesmo acontece o com *e-mail* – bem como com outros meios assíncronos – que, embora possamos dizer que se trata de meio digital no qual circulam vários gêneros “epistolares” (memorando, carta, bilhete, ofício, propaganda, etc.), também pode ser entendido como um gênero específico associado a esse novo artefato, pois a velocidade na composição e na transmissão do texto, bem como os demais recursos tecnológicos inerentes ao suporte tomam-se fatores determinantes na caracterização e na diferenciação do gênero. Isso justifica o frequente intercâmbio entre atribuições e nomenclaturas dadas aos gêneros digitais, ora tratados como tais, ora como meios ou canais de comunicação digitais.

Diante disso, pensamos ser possível afirmar que o conjunto dessas especificidades que caracterizam um determinado gênero digital e o diferenciam de outro compõe o que Bakhtin (1979) chama de esfera, ou seja, é o espaço em que as especificidades dos mais variados enunciados constituem os gêneros. Segundo o autor, as esferas elaboram seus tipos relativamente estáveis de enunciados, que, por sua vez, constituem os gêneros discursivos. Cada esfera emprega seus gêneros (*blog*, *e-mail*, *homepage*, etc.) que correspondem às suas condições específicas.

Pode-se, portanto, considerar a Internet como um espaço de interação verbal que, em sua complexidade, abriga diferentes esferas, uma vez que atende a diferentes condições de comunicação discursiva. Assim, a Internet seria o lócus de produção de diferentes esferas comportando gêneros digitais de diferentes esferas.

Considerações finais

Buscamos, neste artigo, discutir como se constituem e funcionam os gêneros discursivos a partir de um longo e tortuoso percurso sócio-histórico, no qual procuramos promover um diálogo entre conceitos de gêneros advindos da retórica aristotélica e certos construtos bakhtinianos que, a nosso ver, podem se constituir como mapa para navegar por essas “novas águas” dos gêneros digitais, mas que, por sua vez, estão intimamente ligadas a outras tantas antigas. Esse mapa de navegação pode, portanto, permitir-nos construir um referencial teórico que traga contribuições que contemplem tanto questões de cunho socioideológico (mais amplas) quanto questões de cunho linguístico-discursivo (mais específicas) para a compreensão do uso dos gêneros nas práticas sociodiscursivas.

Dessa forma, ao pensar a questão dos gêneros digitais a partir de uma perspectiva sócio-histórica, estamos buscando, com isso, enfatizar meios que incluam uma análise não somente dos seus aspectos tipológicos e linguísticos, mas, sobretudo, dos seus aspectos sociais, históricos e culturais para se chegar à reconstrução de sentidos a partir do uso dos próprios gêneros.

De forma mais ampla, esperamos que este estudo possa contribuir para reflexão de questões teóricas acerca da relação entre o estudo dos gêneros discursivos e as novas tecnologias da comunicação e da informação, relação essa que, embora ainda seja timidamente mencionada em documentos oficiais que lidam com o processo de ensino-aprendizagem, conforme dissemos no começo deste trabalho, e muito pouco estudada no nosso meio acadêmico, pode nos ajudar a entender melhor a questão dos gêneros (digitais).

Nesse sentido, ressaltamos aqui a importância de expandirmos pesquisas empíricas que contemplem a Internet e suas múltiplas possibilidades de (re) construir significados por meio de seus múltiplos gêneros digitais. Isso talvez torne possível promover um (re) pensar, e até uma redefinição, sobre o rio no qual sempre navegamos; um rio pelo qual correm teorias e práticas que, se entendidas a partir de uma relação dialética e dialógica, podem nos ajudar a adentrar e compreender melhor muitos de seus afluentes novos e “nunca dantes navegados”.

PINHEIRO, P. A. Digital genres: a social-historical debate. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.33-58, 2010.

- **ABSTRACT:** *This paper tackles the notion of discourse genre from the social-historical perspective and argues for its three-phase constitution, as follows: its origins in the Aristotelian Rhetoric, as an oral genre, its redefinition from the invention of the printing press in the 15th century, and its transformation into digital genres with the Internet boom. The investigation adopts a social-historical perspective in the study of language which comprises, in turn, the Aristotelian Rhetoric, the Bakhtinian view of discourse genres, and the more recent theories which deal with the digital genres issues (YATES; ORLIKOWSKY; RENNECKER, 1997; ERICKSON, 1997; SHEPHERD; WATTERS, 1999; DEVITT, 2000; MARCHUSCHI, 2004). We believe that such social-historical bias has enabled us to construct a novel theoretical reference, which contributes to discuss both broader social-ideological issues and more specific language-discourse issues, by means of a dialectical relationship theory-practice in the digital genres constitution.*
- **KEYWORDS:** *Language. Discourse genres. Bakhtin. Internet. Digital genres.*

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1978.
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Laud e Yara Fratechi Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 1979. p.277-326.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRAGA, D. B. B. Hipertexto: questões de produção e de leitura. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.XXXIV, p.756-761, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC: SEF, 2000.
- _____. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, v.134, n.248, p.27834-27841, 23 dez. 1996. Seção 1.
- CARDOSO, G. Contribuições para uma sociologia do ciberespaço. *Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n.25, p.51-80, nov. 1997.
- CASTELLS, M. A. *Sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de

pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.22, p.177-229, 1990.

COPE, B.; KALANTZIS, M. (Ed.). *Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures*. Londres: Routledge, 2000.

CROWSTON, K. *Reproduced and emergent genres of communication on the World-Wide Web*. 1996. Disponível em: <<http://crowston.syr.edu/papers/hicss97.html>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

DEVITT, A. J. Integrating rhetorical and literary theories of genre. *College English*, Urbana, v.62, n.6, p.696-718, July 2000.

DU GAY, P. Organizing identity: making up people at work. In: DU GAY, P. (Ed.). *Production of culture: cultures of production*. London: Sage, 1997. p.285-344.

ERICKSON T. Social interaction on the net: virtual community as a participatory genre. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 30th., 1997, Maui *Proceedings...* Maui: HICSS, 1997. Disponível em: <http://www.pliant.org/personal/Tom_Erickson/VC_as_Genre.html>. Acesso em: 11 mar. 2008.

FABRÍCIO, B. F.; MOITA-LOPES, L. P. Discurso e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v.6, n.2, p.11-29, jul./dez. 2002.

FRIDMAN, L. C. *Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrole*. Tradução de Maria Luíza Borges. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA-LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p.129-148.

LÉVY, P. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. Tradução de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Ed. 34, 2001.

_____. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed 34, 1999.

_____. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARCHUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCHUSCHI, L. A.; XAVIER, A. *Hipertexto e gêneros digitais*: novas formas de construção de sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARTINS, W. Direitos autorais. In: MARTINS, W. *A palavra escrita*. 2. ed. il. rev. atual. São Paulo: Ática, 1996. p.58-79.

MEIROWITZ, J. *No sense of place*: the impact of electronic media on social behavior. Oxford: Oxford University Press, 1994.

MILLER, C. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, London, v.70, p.151-167, 1984.

RAZZINI, M. P. G. *O espelho da nação: a Antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. 2000. 442 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROJO, R. H. M. O texto como unidade e o gênero como objeto de ensino de língua portuguesa. In: TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Encontros na linguagem*: estudos linguísticos e literários. Uberlândia: EDUFU, 2006. p.51-80.

_____. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e práticas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p.184-207.

SANTOS, B. de S. *O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

SHEPHERD, M.; WATTERS, C. The functionality attribute of cybergenres. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 39th., 2006, Kauai *Proceedings*. . . Kauai: HICSS, 2006. Disponível em: <<http://www.computer.org/proceedings/hicss/0001/00012/00012007.PDF>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

SIGNORINI, I. Do residual, ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em linguística aplicada. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. (Org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.99-110.

SOARES, M.. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p.155-177.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

TURKLE, S. Parallel lives: working on identity in virtual space. In: GRODIN, D.; LINDOLF, F. T. R. (Ed.). *Constructing the self in a mediated world*. Londres: Sage, 1996. p.156-175.

VENN, C. *Occidentalism: modernity and subjectivity*. Londres: Sage, 2000.

YATES, J.; ORLIKOWSKI, W. J.; RENNECKER, J. Collaborative genres for collaboration: genre systems in digital media. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 30th., 1997, Maui *Proceedings...* Maui: HICSS, 1997. Disponível em: < <http://www.informatik.uni-trier.de/~ley/db/conf/hicss/hicss1997-6.html>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Fundamental*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC: SEF, 1997.

LONDON, S. *Civic networks: building community on the net*. 1997. Disponível em: <<http://www.iog.ca/policy/CP/Public%20Library/libraryreferencecivicnetworks.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em janeiro de 2010.